

## APRESENTAÇÃO

Imbuída do propósito de prosseguir com o estímulo a estudos e reflexões qualificados acerca de temas de Direito Eleitoral e Político, e áreas afins, a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia tem a satisfação de promover o lançamento do 13<sup>a</sup> número da Revista Populus.

Com uma análise sobre as candidaturas as mulheres negras à presidência da República e ao senado federal, a professora doutora da Universidade Federal da Bahia, Salete Maria da Silva, evidencia, com abundância de números, o lugar secundário que as mulheres ocupam nas chapas majoritárias, e, em especial, das mulheres negras, a revelar um descompasso entre discursos e práticas partidárias e a continuidade do *deficit* democrático de gênero e raça.

Já o tema escolhido pelo professor doutor Júlio César de Sá da Rocha, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, concerne à teoria do reconhecimento em tempos de novo autoritarismo, em cujo texto promove articulações teóricas entre a teoria de Axel Honneth e a análise das contribuições da teoria do reconhecimento de Ricardo Fabrino Mendonça e do debate público explicitado pela teoria democrática diante do novo autoritarismo contemporâneo de Renato Francisquini.

A disciplina sobre a comunicação política no rádio e na televisão na Itália nas eleições políticas de 2022 foi objeto do artigo de Roberto Borrello, professor de Direito Público comparado do Departamento de Ciência Política e Internacional da Universidade de Siena e autor de inúmeras publicações na Itália sobre o direito de liberdade, em especial no que diz respeito ao direito de informação e à liberdade de reunião, o direito parlamentar, o direito eleitoral, a disciplina de financiamento da política e a justiça constitucional.

De excelente qualidade é o estudo apresentado por Patrícia Gasparro Sevilha Greco, analista judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e doutoranda pela Universidade Estadual de Londrina, que discorre sobre a função extrafiscalizatória da prestação de contas eleitorais, destacando que estas podem fornecer subsídios a políticas públicas de ações afirmativas e ao combate à corrupção.

Neste número, a Revista Populus oferece ao público também trabalhos de escol sobre temas relevantes e atuais escritos por diversos servidores deste Tribunal. Assim, o combate ao abuso do poder religioso nas eleições à luz da jurisprudência do TSE é da lavra do servidor deste Tribunal, graduado em Direito, licenciado em Filosofia e bacharel em Teologia, Messias Brito de Jesus, em parceria com a doutoranda Thaiane Dultra Luiz Costa e a mestre Camila de Mattos Lima Andrade; o julgamento do RESPE nº 193-92/PI sob a perspectiva dos princípios da igualdade e da soberania popular é da autoria do servidor e pós-graduado em Gestão Pública, Demóstenes Vieira Targino, em parceria com o juiz e professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, José Herval Sampaio Júnior; a análise do instituto da fidelidade partidária no direito brasileiro, da lavra de Júlio César Albuquerque Mendes Filho, pós-graduado em Direito Processual Civil; e a democracia, crise de representatividade e a influência do passado colonial no comportamento do cidadão brasileiro, de autoria dos servidores e mestrandos Viviane Bacelar Morais Sarmiento Rio e Victor Araújo Mesquita Xavier.

Já a análise da aplicação desvirtuada de recursos do Fundo Partidário destinados por lei a candidaturas femininas, objeto do Agravo de Instrumento no Recurso 339-86.2016.6.21.0039, foi matéria de estudo de Leonardo Cruz Rodrigues, pós-graduado em Direito Público e em Direito Eleitoral pela PUC/Minas e graduado em Direito na Universidade Federal da Bahia e na Universidade de Coimbra (UC), em regime de Dupla Titulação.

No capítulo de artigos já publicados, os professores Marcelo Ramos Peregrino Ferreira e Orides Mezzaroba enviaram estudo sobre tema importante, de grande viés prático, ainda pouco explorado pela doutrina, concernente aos parâmetros convencionais e de controle das consultas eleitorais na jurisprudência da Corte Interamericana de Direito Humanos.

Por fim, na sessão memória, em homenagem ao bicentenário da independência do Brasil, a Revista Populus republica dois poemas da autoria do falecido jurista baiano Adalácio Coelho Nogueira, professor da Universidade Federal da Bahia, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia entre 1950 e 1954: *Ode a Joana Angélica* e *Ode a Maria Qui-*

*téria*, duas grandes mulheres que estão indelevelmente marcadas na história do nosso Estado. Os dois poemas foram recitados pelo autor, há cem anos, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: o primeiro, em comemoração ao centenário da Joana Angélica, em fevereiro de 1922, e o segundo, em sessão comemorativa do centenário da independência do Brasil, em 7 de setembro de 1922.

Em conclusão, a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia agradece a todos os articulistas e aos leitores que têm contribuído, a cada número, para a consolidação da Revista Populus como uma das grandes referências de pesquisa e estudo do Direito Eleitoral e Político brasileiro.

**Des. Roberto Maynard Frank**

**Diretor da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**